

CONTROLE DA QUALIDADE E SEGURANÇA ALIMENTAR DURANTE A PANDEMIA POR COVID-19 NOS SETORES PÚBLICOS DO BRASIL

QUALITY CONTROL AND FOOD SAFETY DURING THE COVID-19 PANDEMIC IN PUBLIC SECTORS IN BRAZIL

Ismenia Martineli Lima de SOUSA¹  Renata Belizário DINIZ^{*2} 

¹Especialista em Vigilância Sanitária de Alimentos. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil.

²Mestre em Nutrição e Saúde. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil.

RESUMO

A pandemia por COVID-19 explicitou ainda mais a crise por insegurança alimentar no Brasil. Observou-se a intensa discrepância entre as mais diversas realidades sociais e econômicas que coexistem na população brasileira, proporcionando debates sobre a segurança alimentar. O trabalho tem como objetivo analisar métodos e estratégias de intervenção aplicados pelas instituições públicas frente à crise desencadeada pela COVID-19 para atenuação da insegurança alimentar e melhor assimilar como essas ações se adaptaram frente à pandemia. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura. A busca de dados ocorreu no período de novembro de 2022 a abril de 2023. Os critérios de inclusão dos estudos consistiu em artigos originais, nos idiomas português e inglês, publicados no período entre janeiro de 2020 à abril de 2023, que apresentaram em seus resultados considerações sobre estratégias adotadas pelas instituições públicas para minimizar a insegurança alimentar durante a pandemia por COVID-19, indexados nas bases de dados Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Scientific Electronic Library Online e Medical Literature Analysis and Retrieval System Online. Foram excluídos artigos que não tinham a metodologia explícita no texto, e estudos que não respondiam à pergunta norteadora do estudo. Foram utilizadas as palavras-chave: “Controle de Qualidade”, “Segurança Alimentar”, “Setor Público” e “Pandemia por COVID-19”. Os estudos analisados neste trabalho demonstram que ações que fortaleçam a segurança alimentar é imprescindível para o controle de Doenças Veiculadas por Alimentos e melhora da qualidade de vida dos indivíduos. Ademais, percebe-se que os órgãos públicos apresentaram recursos plausíveis para a mitigação da insegurança alimentar, através da realização de ações e programas educativos, fiscalizações sanitárias, auxílios financeiros, publicação de decretos e/ou orientações assertivas que acerbam o problema, bem como a adequação de políticas públicas. Palavras-chave: controle de qualidade; segurança alimentar; setor público; pandemia por Covid-19.

ABSTRACT

The COVID-19 pandemic has further highlighted the food insecurity crisis in Brazil. The intense discrepancy between the most diverse social and economic realities that coexist in the Brazilian population was observed, leading to debates on food security. The work aims to analyze intervention methods and strategies applied by public institutions in the face of the crisis triggered by COVID-19 to mitigate food insecurity and better assimilate how these actions adapted in the face of the pandemic. This is an integrative review of the literature. The data search took place from November 2022 to April 2023. The inclusion criteria for the studies consisted of original articles, in Portuguese and English, published in the period between January 2020 and April 2023, which presented in their results considerations on strategies adopted by institutions to minimize food insecurity during the COVID-19 pandemic, indexed in the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel, Scientific Electronic Library Online and Medical Literature Analysis and Retrieval System Online databases. Articles that did not have an explicit methodology in the text, and studies that did not answer the study guiding question, were excluded. The keywords were used: “Quality Control”, “Food Safety”, “Public Sector” and “COVID-19 Pandemic”. The studies analyzed in this work demonstrate that actions that strengthen the food security are essential for controlling Foodborne Illnesses and improving individual quality of life. Furthermore, it can be seen that public bodies presented plausible resources for mitigating food insecurity, through carrying out educational actions and programs, health inspections, financial aid, publication of decrees and/or assertive guidelines that address the problem, as well as the adequacy of public policies

Keywords: quality control; food safety; public sector; Covid-19 pandemic

Citar este artigo como:

Sousa, I.M.; Diniz, R.B. Controle da qualidade e segurança alimentar durante a pandemia por covid-19 nos setores públicos do Brasil. *Nutrivisa*.v.11:e12302.2024. Doi: <https://doi.org/10.59171/nutrivisa-2024v11e12302>

INTRODUÇÃO

A pandemia por COVID-19 marcou negativamente o início de 2020 e atualmente simboliza um dos piores desfechos sanitários em nível global, causando efeitos desfavoráveis diretos e indiretos na saúde e economia da população mundial (SOUZA; RANDOW; SIVIERO, 2020). Trata-se de uma síndrome respiratória grave que se propaga por meio de gotículas do vírus SARS-COV2 em sua forma ativa e pode ser disseminado entre pessoas e objetos contaminados (CIOTTI et al., 2020).

Segundo o Ministério da Saúde, o primeiro caso foi confirmado em fevereiro e, até o dia 21 de novembro de 2022, foram detectados cerca de 34.999.495 casos e 688.907 mortes no Brasil. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estabeleceu medidas importantes para prevenir contágio, entre elas estão a higienização das mãos com água e sabão e uso de álcool em gel, distanciamento social e uso de máscaras (OLIVEIRA; LUCAS; IQUIAPAZA, 2020).

A Lei Orgânica nº 11.346 de 15/09/2006 conceitua Segurança Alimentar e Nutricional como o direito de todas as pessoas a ter acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e quantidades satisfatórias sem comprometer o alcance a outras necessidades importantes. Em fevereiro de 2010, a alimentação foi integrada entre os direitos da sociedade previstos no artigo 6º da Constituição Federal, porém, o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) está distante da realidade da população brasileira e, com a pandemia da COVID-19, os desafios foram ainda mais preocupantes (SANTARELLI et al., 2017; RIBEIRO-SILVA et al., 2020).

Os termos comer e alimentar-se, são descritos na maioria das vezes como sinônimos, porém, é importante compreender a diferença entre esses conceitos, ou seja, comer significa apenas o abastecimento do corpo e não necessariamente a ingestão de nutrientes, já o ato de alimentar-se e caracterizado pela obtenção de saúde e equilíbrio para o corpo e a mente, através da ingestão de vitaminas, minerais e outras fontes de nutricionais. (CARVALHO; LUZ; PRADO, 2011).

Vale destacar que as carências nutricionais acarretam uma série de consequências à nível de saúde pública, como prejuízos na cognição, atraso no desenvolvimento físico-biológico, predisposições à Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), anemia,

diminuição da imunidade, entre outras (BUENOL; SCWINZEKEL; WITCZAK, 2023).

No Brasil, as consequências sociais advindas da situação de calamidade pela pandemia, sobretudo para os mais vulneráveis economicamente, refletem a profunda discrepância social no país e ressalta o importante papel das políticas públicas de fortalecimento da segurança alimentar como um elemento primordial na saúde pública. Desse modo, entender como os programas de alcance a alimentos atenderam às pressões desencadeadas pela crise por COVID-19 nas elaborações de ações e estratégias para suprir as necessidades da população na pandemia, demonstra-se essencial no poder público (ARAÚJO; CALAZANS, 2020).

Desse modo, tornou-se pertinente a elaboração de um estudo com esse tema para uma melhor percepção dos processos e estratégias que foram atribuídos pelos setores públicos do Brasil com o propósito de mitigar a insegurança alimentar durante a pandemia, considerando condutas políticas, sociais e econômicas neste panorama.

Este estudo tem como objetivo analisar métodos e estratégias de intervenção aplicados pelos setores públicos frente à crise desencadeada pela COVID-19 para atenuação da insegurança alimentar e melhor assimilar como essas ações se adaptaram frente à pandemia.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, tendo como principal objetivo a busca pela resposta da questão norteadora: "Quais métodos de intervenção foram adotados pelos setores públicos frente à crise desencadeada pela pandemia por COVID-19 para atenuar a insegurança alimentar?"

Foram seguidos os passos de identificação do problema (COMO E QUAIS ESTRATÉGIAS UTILIZARAM); a busca na literatura (com a delimitação de palavras-chave, bases de dados e aplicação de critérios definidos para a seleção dos artigos); e a avaliação e a análise dos dados obtidos (FEREDAY; MUIR-COCHRANE, 2006).

A busca de dados ocorreu no período de novembro de 2022 a abril de 2023. Os critérios de inclusão dos estudos consistiu em artigos originais, revisões de literatura, relatos de experiências e diretrizes nos idiomas português e inglês, publicados no Brasil entre janeiro de 2020 à abril de 2023, que apresentaram em seus resultados considerações sobre estratégias adotadas pelos

setores públicos para minimizar a insegurança alimentar durante a pandemia por COVID-19, indexados nas bases de dados Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (PUBMED) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO).

Foram excluídos artigos que não tinham a metodologia explícita no texto, e estudos que não respondiam à pergunta norteadora do estudo.

Para a realização da busca, foi utilizado o operador booleano AND para combinação entre as seguintes palavras-chave, consideradas descritores no DeCS (DESCRITORES EM CIÊNCIAS DE SAÚDE): “Controle de Qualidade”, “Segurança Alimentar”, “Setor Público”, “Pandemia por COVID-19” e na National Center for Biotechnology Information (NCBI) os seus respectivos termos em inglês. Os termos foram cruzados como descritores e como palavras do título e do resumo dos artigos.

Os trabalhos selecionados foram lidos integralmente mais de uma vez e analisados em ampla minuciosidade através de uma leitura crítica baseada em fundamentação teórica atualizada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta busca, foram inicialmente identificados 363 artigos científicos na base de dados CAPES, 24 artigos na base SCIELO e 692 artigos na base PubMed para a leitura exploratória dos títulos e resumos e, então, foram selecionados 60 artigos que foram lidos integralmente. Após análise minuciosa, apenas 9 artigos foram escolhidos como objeto de estudo, por apresentarem aspectos que respondiam à questão norteadora desta revisão. As etapas deste processo e a caracterização dos estudos estão descritas, respectivamente, nos Quadros 1 e 2.

Todos os estudos abordavam ações públicas para amenizar a insegurança alimentar. As estratégias preponderantes associaram-se à distribuição de alimentos às famílias vulneráveis 44% (n=4), inspeções em ambientes críticos como o mercado público 11% (n=1), aquisição do Auxílio Brasil 22% (n=2), orientações sobre alimentação durante a pandemia (22%) e higienização correta dos alimentos 22% (n=2). O Quadro 3 apresenta os achados da pesquisa.

Vale ressaltar que as Políticas Públicas de Saúde do Brasil estiveram presentes na atuação e no controle

da insegurança alimentar em tempos de COVID-19 (ALPINO et al., 2020).

Os estudos de Corrêa et al. (2020) e Gurgel et al. (2020) trazem também resultados positivos no que diz respeito às atividades e articulações dos setores públicos referente ao poder público como Governos federal, estaduais e municipais do país, estes, contribuíram para a mitigação da calamidade pública frente a COVID-19 e adotaram estratégias para beneficiar a população em vulnerabilidade social, econômica e financeira, assegurando a alimentação e uma melhor qualidade de vida desses indivíduos.

Em um outro estudo, Oliveira et al. (2020) buscaram avaliar as mudanças instituídas em quatro empresas do ramo alimentício durante a pandemia a fim de atenuar a disseminação do corona vírus, e percebeu que todas as empresas demonstraram adesão em mais de 50% das orientações estabelecidas pelo Ministério da Saúde e apenas uma das empresas se adequou 100% às normas implementadas pelo órgão.

A maioria dos estudos enfatiza o quanto o setor de alimentos precisou se readaptar e incorporar ações e estratégias para mitigar a insegurança alimentar frente à pandemia por COVID-19. Sabe-se que execução de Boas Práticas contemplam uma parcela importante sobre a gestão de uma boa qualidade em Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN), como também interfere em todos os processos produtivos. Desse modo, é possível salientar a relevância de seguir o que o regulamento preconiza durante e após pandemia, objetivando a elevação da qualidade da alimentação, organização, redução de gastos e DVAs (ENCARNAÇÃO et al., 2021).

A insegurança alimentar por falta de alimentos à mesa das famílias brasileiras também é constantemente referida nos estudos relacionados a pandemia, relacionando-se fortemente aos efeitos negativos na saúde pública e na qualidade de vida desses indivíduos (FREITAS; PENA, 2020).

A insegurança alimentar durante a pandemia pode repercutir de forma desfavorável naquelas famílias que já apresentavam riscos importantes de efeitos adversos antes da pandemia. A insegurança alimentar pode aumentar as taxas de doenças desencadeadas por carências nutricionais, bem como aumentar a taxa de mortalidade por essa condição, visto que esse fator implica na qualidade da dieta, ou seja, pode reduzir

Quadro 1 – Distribuição das referências bibliográficas obtidas nas bases de dados, CAPES, SCIELO e PUBMED segundo as palavras chaves selecionadas, Brasil 2023.

Base de Dados	Palavras chaves cruzadas (como palavras de resumo e como descritores)	Nº de referências obtidas	Resumos analisados	Referências selecionadas para análise	Selecionados para revisão
PUBMED	Quality control AND Covid-19 pandemic	125	30	25	3
	Food Safety AND Covid-19 pandemic	355	36	5	1
	Public sector AND Covid-19 pandemic	212	11	2	0
SCIELO	Controle de Qualidade AND Pandemia por COVID-19	0	0	0	0
	Segurança alimentar AND Pandemia por COVID-19	23	14	11	2
	Setor Público AND Pandemia por COVID-19	1	1	0	0
CAPES	Controle de Qualidade AND Pandemia por COVID-19	77	22	6	1
	Segurança alimentar AND Pandemia por COVID-19	10	10	5	1
	Setor Público AND Pandemia por COVID-19	276	10	6	1

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

Quadro 2 – Caracterização dos estudos selecionados, Brasil 2023.

Estudos Selecionados	País de publicação	Período de publicação	Delineamento metodológico	
9 estudos	Brasil	2020 a 2022	Transversal descritivo	2
			Estudo exploratório	2
			Relatos de experiência	2
			Pesquisa bibliográfica	1
			Estudo empírico e documental	1
			Estudo qualitativo	1

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

Quadro 3 – Descrição dos resultados obtidos segundo estudos sobre estratégias e intervenções públicas para mitigar a insegurança alimentar em tempos de pandemia por COVID-19, Brasil 2023. (Cont).

Autor/ Ano / País	Sujeitos da Pesquisa	Tipo de pesquisa	Técnicas de coleta de dados	Principais conclusões
Rocha <i>et al.</i> , (2022) / BA - Brasil	Passageiros e motoristas em viagens, profissionais e gestores da saúde.	Relato de experiência	Os relatos dos sujeitos foram colhidos através de textos escritos, por meio de uma barreira sanitária instalada na rodovia interestadual e de forma on-line por meio de reuniões com gestores municipais. Vale ressaltar que não se utilizou formulários ou questionários, pois os textos eram o suficiente para atender o objetivo do estudo.	Com o apoio dos gestores municipais, as iniciativas tomadas foram: afastar idosos e imunossuprimidos para trabalhar de forma remota, inspeções em saúde nos hospitais e UPA, palestras abordando diversos temas da área da saúde, oferta permanente de atividades de educação em saúde, entre outros.
Silva <i>et al.</i> , (2022) / SP – Brasil	Materiais Educativos sobre Alimentação	Estudo Exploratório e Qualitativo	Para avaliar as orientações sobre alimentação disponibilizadas à população durante a pandemia em abril de 2021, foi realizada uma busca através da plataforma Google, utilizando operadores booleanos (AND e OR) para cruzar as palavras chaves que se relacionam com o tema. Entre os critérios de inclusão estavam: 1. Ser elaborada para a população brasileira, 2. Ser produzida por órgãos brasileiros, 3. Ser escrita em português, 4. Ter como tema central orientações sobre alimentação durante a pandemia, entre outros. Após isso, foram lidas integralmente e analisadas através de conteúdo temático de Braun Clark (2006).	Foram encontradas quatro cartilhas publicadas pela ASBRAN, MS, AAAS e NASA. O material disponibilizado à população continham orientações sobre alimentação saudável durante a pandemia, alimentação e exercício físico durante a pandemia, higienização das compras e alimentos em tempos de pandemia por COVID-19. Com isso, pode-se perceber que a estratégias adotadas pelos órgãos oficiais, são essenciais para o enfrentamento às diversidades que o mundo se encontra.

Legendas: AAS, Associação Americana para o Avanço da Ciência; ANDIFES, Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior; ANVISA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária; ASBRAN, Associação Brasileira de Nutrição; CCOP, Centro de Coordenação das Operações do Comitê de Crise da Covid-19; DF, Distrito Federal; EMATER, Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural RS; MEC, Ministério da Educação; MS, Ministério da Saúde; NASA, Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço; ONG, Organização Não Governamental; PAA, Programa de Aquisição de Alimentos; PNAE, Programa Nacional de Alimentação Escolar; PRP, Programa Restaurante Popular; UPA, Unidade de Pronto Atendimento; VAN, Vigilância Alimentar e Nutricional.

Fonte: as autoras, 2023.

Quadro 3 – Descrição dos resultados obtidos segundo estudos sobre estratégias e intervenções públicas para mitigar a insegurança alimentar em tempos de pandemia por COVID-19, Brasil 2023.

Autor/ Ano / País	Sujeitos da Pesquisa	Tipo de pesquisa	Técnicas de coleta de dados	Principais conclusões
Alpino <i>et al.</i> (2020) / RJ – Brasil	Boletins do CCOP e site da Casa Civil.	Estudo empírico com análise bibliográfica e documental.	Para identificar os efeitos da pandemia e as ações do Governo Federal para diminuir a insegurança alimentar, foram averiguados boletins do CCOP, site da Casa Civil, homepages de ministérios de março a maio de 2020. Após isso, as estratégias da PNSAN foram sistematizadas e incluídas no estudo.	Para mitigação da insegurança alimentar no Brasil, o Governo Federal instituiu ações como: Auxílio Emergencial, adequação das regras do PNAE, orientações sobre higienização de alimentos, aleitamento materno, alimentação na 3ª idade e doação de cestas básicas às famílias vulneráveis.
Araújo e Calazans (2020) / RN – Brasil	Decretos Normativos publicados no Diário Oficial da União	Estudo de Abordagem Qualitativa	Foi utilizado a Teoria do Programa, para analisar o PRP e suas atividades e estratégias adotadas em situações emergenciais para amenizar as consequências trazidas pela pandemia em relação a segurança alimentar no estado do Rio Grande do Norte.	Para manter a qualidade das refeições e reduzir a insegurança alimentar das famílias vulneráveis do RN, adotou-se estratégias incluídas no PRP como: adequação de cardápios com preparações que menos causam surtos alimentares, uso de utensílios e marmitas descartáveis, uso de EPIs na distribuição dos alimentos, e orientações sobre prevenção do COVID-19, com o objetivo de amenizar a propagação do vírus.
Arrais, Corcioli e Medina (2021) / GO – Brasil.	68 Universidades públicas brasileiras	Pesquisa bibliográfica	Com o objetivo de quantificar ações desenvolvidas pelo Governo Federal para amenizar efeitos da pandemia, os dados foram coletados a partir de materiais socioeconômicos produzidos pelo governo brasileiro e universidades. Além disso, foram analisados dados oficiais já publicados nos sites de Universidades públicas brasileiras, dados fornecidos pelo MEC e pela ANDIFES.	Para mitigar a insegurança alimentar e o impacto social durante a pandemia, as Universidades Federais realizaram ações e programas como: Campanha da Amazônia contra a Covid-19 para arrecadar alimentos e produtos de limpeza doados à população indígena; Distribuições de alimentos para a população vulnerável; <i>Drive Sapeca</i> , que arrecadou alimentos e produtos de higiene para ONGs credenciadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Quadro 3 – Descrição dos resultados obtidos segundo estudos sobre estratégias e intervenções públicas para mitigar a insegurança alimentar em tempos de pandemia por COVID-19, Brasil 2023. (Cont).

Autor/ Ano / País	Sujeitos da Pesquisa	Tipo de pesquisa	Técnicas de coleta de dados	Principais conclusões
Corrêa. <i>et al.</i> (2020) / SC – Brasil.	Páginas oficiais dos Governos Estaduais e do Distrito Federal	Estudo Transversal descritivo	Foram feitas visitas nas páginas oficiais Estaduais e Federais para obtenção de informações sobre métodos de execução do PNAE após a suspensão das aulas. Os dados foram analisados de forma descritiva.	Das 27 Unidades Federais, 55% distribuíram kits de alimentos, 26% ofereceram ticket alimentação e 19% distribuíram ambos os benefícios.
Escócio <i>et al.</i> , (2020) / CE – Brasil.	Gerências das células de Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Sobral-CE.	Relato de experiência	Foram desenvolvidos relatos de experiência da equipe da Coordenadoria da Vigilância em Saúde, entre elas a VAN, elucidando sua atuação e suas respectivas ações no enfrentamento à pandemia por COVID-19 durante o período de março a novembro de 2020. Após isso, os relatos foram sistematizados e expostos em tópicos durante o estudo.	Os relatos da célula de VAN dizem que atuaram conforme as orientações do MS. Além disso, colaborou com a Vigilância Sanitária nas inspeções em ambientes críticos como o mercado público da cidade. Segundo a VAN, os demais programas nacionais como de suplementação de vitamina A e Ferro, Nutrisus, Amamenta e Alimenta Brasil, ficaram mais escassos.
Gurgel <i>et al.</i> (2020) / PE – Brasil	Documentos oficiais publicados pela União, Distrito Federal, estados e capitais brasileiras.	Estudo Transversal descritivo	Os documentos oficiais como portarias, resoluções, atos normativos, e informações publicados pela União, DF, estados e municípios do Brasil no período de março a junho de 2020, foram analisados para averiguação de estratégias adotadas pelos órgãos governamentais para garantir o acesso à alimentação durante a pandemia.	Estratégias adotadas pelo Governo federal para mitigar a insegurança alimentar durante a pandemia foram: Transferência de renda no formato Auxílio Emergencial, PAA no formato de Compra e doação simultânea de alimentos, PAA leite. Além disso foram adotadas ações como distribuição de kits de alimentos e Voucher alimentação, manutenção das refeições nas escolas, distribuição de alimentos através de restaurantes populares, cozinhas comunitárias e banco de alimentos.
Preiss <i>et al.</i> , (2021) / RS – Brasil	Gestores e responsáveis pelos canais de abastecimento de Alimentos em feiras livres.	Estudo exploratório	A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas in loco ou via telefone com os gestores, tendo como objeto de estudo quatro formulários que abordavam diferentes situações e tipos de comercialização alimentar: feiras ativas ou funcionando com entrega à domicílio, feiras suspensas e sistemas de comercialização vinculados à agricultura familiar. Todos os formulários continham questões sobre reações e adaptações frente à COVID-19.	A prefeitura, o Estado e o EMATER/RS se fazem presentes na atuação e orientação sobre cuidados com a saúde, apoiando os processos de adaptação frente à COVID-19 e comercialização de alimentos ao ar livre. Entre as medidas de adaptação, encontram-se: oferecimento de materiais de limpeza, aplicação de cartazes com orientações para consumidores, cancelamento de degustação de produtos, instalação de barreiras entre as bancas, entre outros.

de mortalidade por essa condição, visto que esse fator implica na qualidade da dieta, ou seja, pode reduzir significativamente a variedade de alimentos e concomitantemente a ingestão de frutas e hortaliças, aumentando o risco de desnutrição e/ou Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) (PANIGASSI et al., 2008).

Galindo et al. (2022) analisaram os efeitos da pandemia na população brasileira, através de pesquisa de opinião pública e coleta telefônica. Os resultados apresentaram que 59% dos participantes estavam em insegurança alimentar e uma parcela desses indivíduos relataram que haviam reduzido em 41% o consumo de frutas e 44% o consumo de carnes. No entanto, o Governo Federal realizou ações para mitigar a insegurança alimentar na pandemia através da implementação do Auxílio Emergencial, adequação das regras do PNAE, orientações sobre higienização de alimentos, aleitamento materno, alimentação na 3ª idade e doação de cestas básicas às famílias vulneráveis (ALPINO et al., 2020).

O estudo de Silva-Neto e colaboradores (2022) investigou a prevalência de insegurança alimentar em 903 famílias e sua ligação com recebimento do Auxílio Emergencial, assim como os kits de alimentos provenientes de doações. O método utilizado para essa avaliação foi a Escala de Insegurança Alimentar (EBIA), em que percebeu que 71,1% estavam em insegurança alimentar, e demonstra em achados o quanto esse período afetou esses indivíduos. Porém, ao elucidar vantagens aos que recebiam os benefícios, não garante a mitigação da insegurança alimentar. Todavia, ressalta a necessidade de construção de novos métodos e estratégias que possam garantir o alcance à alimentação adequada.

Outro aspecto importante a ser observado é a adaptação das instituições públicas de ensino frente à emergência sanitária por COVID-19. Um artigo de Amorim, Ribeiro-Junior e Bandoni (2020) analisou a participação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para enfrentar a insegurança alimentar (IA) nas escolas e elaborou estratégias para assegurar o acesso à alimentação no período que as aulas estiveram suspensas, levando em consideração a vulnerabilidade social de alguns estudantes que na maioria das vezes realiza suas refeições diárias apenas na escola. Entre as propostas elucidadas, estavam

a distribuição de refeições, cestas básicas, o incentivo à aquisição de alimentos advindos da agricultura familiar e, concluiu que se adotadas, apresentariam alta probabilidade de serem assertivas na promoção da segurança alimentar, aumentando a equidade de maneira adequada em toda a população brasileira.

No entanto, constata-se que a instabilidade socioeconômica agravada pela pandemia da Covid-19 acentuou a insegurança alimentar no Brasil, em que pode ser decorrente de fome, controle higienicossanitário deficiente e/ou acesso irregular à alimentação adequada, sobretudo na população em vulnerabilidade social (SCHAPPO, 2021).

Diante desse cenário, é relevante que haja ainda um delineamento estratégico contínuo que venham a aprimorar cada vez mais as condições higienicossanitárias e políticas públicas de saúde, evitando desfechos negativos relacionadas à insegurança alimentar no Brasil. Ressalta ainda que há algumas limitações ao final desta pesquisa, devido à escassez de estudos na literatura sobre uma temática complexa e bastante explorada nos últimos anos.

CONCLUSÃO

As estratégias de intervenção instituídas pelos órgãos públicos apresentaram recursos plausíveis para a mitigação da insegurança alimentar, entre eles a realização de ações e programas educativos, fiscalizações sanitárias, inspeções sanitárias em unidades de saúde, auxílios financeiros, distribuição de kits e voucher de alimentos, publicação de decretos e/ou orientações assertivas que acercam o problema, bem como a adequação de políticas públicas.

Além das condutas adotadas, outras práticas existentes precisaram de readaptação, como a periodicidade de inspeções em unidades de saúde e de fiscalizações sanitárias, aperfeiçoamento de políticas públicas, fortalecimento de orientações nutricionais e higienicossanitária em instituições públicas.

Os estudos analisados neste trabalho demonstram que ações que fortalecem a segurança alimentar são imprescindíveis para o controle de DVAs e melhora da qualidade de vida dos indivíduos. Desse modo, se faz necessário obedecer a parâmetros nutricionais e sanitários conforme o preconizado pela legislação.

REFERÊNCIAS

- ALPINO, T. M. A.; SANTOS, C.R.B.; BARROS, D.C.; FREITAS, C.M. COVID-19 e (in) segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, p. e00161320, 2020. DOI: 10.1590/0102-311X00161320
- AMORIM, A. L. B.; RIBEIRO JUNIOR, J. R.; BANDONI, D. H. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. *Revista de Administração Pública*, v. 54, p. 1134-1145, 2020. DOI:10.1590/0034-761220200349
- ARAÚJO, F. R.; MACEDO, D. L.; CALAZANS, S. Gestão das ações de segurança alimentar frente à pandemia pela COVID-19. *Revista de administração pública*, v. 54, p. 1123-1133, 2020. DOI:10.1590/0034-761220200329
- ARRAIS, C. A.; CORCIOLI, G.; MEDINA, G. S. The role played by public universities in mitigating the coronavirus catastrophe in Brazil: Solidarity, research and support to local governments facing the health crisis. *Frontiers in Sociology*, v. 6, p. 610297, 2021. DOI: 10.3389/fsoc.2021.610297
- BRASIL, Ministério da Saúde. Boletins Epidemiológicos da COVID-19 [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.
- BUENOL, G. G.; SCWINZEKEL, N.; WITCZAK, J. C. Fome no Brasil: a incerteza da comida na mesa dos brasileiros. Uma visão geral sobre o assunto. *Mostra Interativa da Produção Estudantil em Educação Científica e Tecnológica*, 2023.
- CARVALHO, M. C. V. S.; LUZ, M. T.; PRADO, S. D. Comer, alimentar e nutrir: categorias analíticas instrumentais no campo da pesquisa científica. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. 1, p. 155-163, 2011. DOI: 10.1590/S1413-81232011000100019
- CIOTTI, M.; CICCOCCHI, M.; TERRINONI, A.; JIANG, W.; WANG, C.; BERNARDINI, S. A pandemia de COVID-19. Revisões críticas em ciências laboratoriais clínicas, v. 57, n. 6, pág. 365-388, 2020. DOI: 10.1080/10408363.2020.1783198.
- CORRÊA, E. N.; NEVES, J.; SOUZA, L. D.; FLORINTINO, C. S.; PORRUA, P.; VASCONCELOS, F. A. G. School feeding in Covid-19 times: mapping of public policy execution strategies by state administration. *Revista de Nutrição*, v. 33, 2020. DOI: 10.1590/1678-9865202033e200169
- ENCARNAÇÃO, G. A.; REIS, J. P. D.; FERREIRA, V. L. O.; FERREIRA, J. C. S. Qualidade nos serviços da Unidade de Alimentação e Nutrição-UAN em tempos de Covid-19. 2021. DOI:10.33448/rsd-v10i13.21230
- ESCÓCIO, F. L. M.; FERREIRA, F. V.; FLOR, S. M. C.; ROCHA, A. A.; RIBEIRO, S. T.; SILVA, M. V. AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE NO CURSO DA PANDEMIA DE COVID-19, EM SOBRAL-CE. *SANARE-Revista de Políticas Públicas*, v. 20, 2021. DOI: 10.36925/sanare.v20i0.1507
- FEREDAY, J.; MUIR-COCHRANE, E. Demonstrating Rigor Using Thematic Analysis: A Hybrid Approach of Inductive and Deductive Coding and Theme Development., 5, n. 1, p. 80-92, 2006. DOI: 10.1177/1609406906005001
- FREITAS, M. C. S.; PENA, P. G. L. Fome e pandemia de COVID-19 no Brasil. *Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia*, v. 8, n. 1, p. 34-40, 2020. DOI: 10.15210/tes.v8iSuplemento.18903
- GALINDO, E.; TEIXEIRA, M. A.; ARAÚJO, M.; MOTTA, R.; PESSOA, M.; MENDES, L.; RENNÓ, L. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. *Food for Justice Working Paper Series*, no. 4. Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy. 2022. DOI: 10.17169/refubium-29554
- GURGEL, A. M.; SANTOS, C. C. S.; ALVES, K. P. S.; ARAÚJO, J. M.; LEAL, V. S. Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. *Ciência*

enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, p. 4945-4956, 2020. DOI: 10.1590/1413-812320202512.33912020

OLIVEIRA, A. C.; LUCAS, T. C.; IQUIAPAZA, R. A. O que a pandemia da covid-19 tem nos ensinado sobre adoção de medidas de precaução? *Texto & Contexto-Enfermagem*, v. 29, 2020. DOI: 10.1590/1980-265X-TCE-2020-0106

OLIVEIRA, F. P.; GONÇALVES, J.S.; SOUZA, K.L.; ORSINE, J.V.C. Adequação das empresas que atuam no setor alimentício durante a pandemia da covid-19. *Nutrivisa Revista de Nutrição e Vigilância em Saúde*, v. 8, n. 1, p. E9983-E9983, 2021. DOI: 10.59171/nutrivisa-2021v8e9983

PANIGASSI, G.; SEGALL-CORRÊA, A.M.; MARINLEÓN, L.; PÉREZ-ESCAMILLA, R.; MARANHA, L.K.; SAMPAIO, M.F.A. . Insegurança alimentar intrafamiliar e perfil de consumo de alimentos. *Revista de nutrição*, v. 21, p. 135s-144s, 2008. DOI: 10.1590/S1415-52732008000700012

PREISS, P.V.; NAVARRO, R.S.; WEBER, J.M.; MELLO, L.P. Abastecimento alimentar e COVID-19: uma análise das feiras no Vale do Rio Pardo - RS. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 28, p. e021007-e021007, 2021. DOI: 10.20396/san.v28i00.8661446

RIBEIRO-SILVA, R. C.; SANTOS, M.P.; CAMPELLO, T.; ARAGÃO, E.; GUIMARÃES, J.M.M.; FERREIRA, A.; BARRETO, M.L.; SANTOS, S.M.C. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, p. 3421-3430, 2020. DOI: 10.1590/1413-81232020259.22152020

ROCHA, M. P.; CRUZ, S.P.L.; VILELA, A.B.A.; RODRIGUES, V.P. Ações de Vigilância Sanitária na pandemia COVID-19. *Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia*, v. 10, n. 1, p. 64-70, 2022.

SANTARELLI M.; BURITY, V.; SILVA, L.N.B.; PRATES, L.; RIZOLLO, A.; ROCHA, N.C.; TRBUCCO, L. Da democratização ao golpe: avanços e retrocessos

na garantia do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas no Brasil. Brasília: FIAN Brasil; 2017.

SCHAPPO, S. Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia da covid-19. *SER social*, v. 23, n. 48, p. 28-52, 2021. DOI: 10.26512/sersocial.v23i48.32423

SILVA, T. A.; SILVA, A.F.S.; JPUR, C.C.; MARTINS, P.C.; BUTTROS, T.S.; PENAFORTE, F.R.O. Entre orientações e normatizações: cartilhas brasileiras sobre alimentação e nutrição no contexto da pandemia de covid-19. *Saúde e Sociedade*, v. 31, p. e210745pt, 2022. DOI: 10.1590/S0104-12902022210745pt

SILVA-NETO, L.; BUENO, N.B.; PUREZA, I.R.O.M.; SANTOS, T.L.F.; QUEIROZ, J.C.L.S.; FLORENCIO, T.M.M.C. Avaliação da insegurança alimentar no contexto da COVID-19: associação com o auxílio emergencial e recebimento de doação de alimentos na população em vulnerabilidade social de uma capital do Nordeste do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 28, p. 721-730, 2023. DOI: 10.1590/1413-81232023283.12352022

Submetido: 12.12.2023

Aceito: 26.12.2023